III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento

20 a 22 de outubro de 2014

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MPH1228

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

MARIANA MARTINUZZI BREITENBACH
martinuzzii@gmail.com
MESTRADO - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

ORIENTADOR(A)
MONICA FRANCHI CARNIELLO
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Mariana MartinuzziBreitenbach[1]
Elvira Aparecida Simões de Araujo[2]
Monica Franchi Carniello[3]

Resumo
O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise da produção científica sobre o Programa Bolsa Família. A abordagem utilizada foi qualitativa, tendo como base a análise do material levantado e análise bliblométrica. A pesquisa é exploratória e bibliográfica, tendo como fonte produções científicas do periódico da CAPES entre 2003-2013. Utilizou-se como palavra-chave o termo programa bolsa família, originando-se 36 trabalhos científicos divididos em artigos, dissertações e teses. Os critérios utilizados para análise foram tipos de textos, titulação dos autores, região geográfica e subtemas. Constatou-se ao fim que a produção científica sore o programa bolsa família está ampla e permeia diversos subtemas sobre a temática.

Palavras-chave: Programa bolsa família;Políticas públicas; Pobreza.

Abstract

This article aims to analyze the scientific production on the *BolsaFamília* Program. A qualitative approach was used, based on the analysis of the collected material and bliblométrica analysis. The research is exploratory and literature, and as a source of scientific productions of the journal CAPES between 2003-2013. Was used as the keyword term family allowance program, originating 36 scientific papers divided into articles, dissertations and theses. The criteria used for analysis were types of texts, authors' title, geographical region and sub-themes. It was found that after the scientific production sore the family allowance program is wide and permeates various subtopics on the subject.
Key words: Bolsa Família Program. PublicPolicy. Poverty.

1INTRODUÇÃO

O programa Bolsa Família – instituído no governo Lula – completou 10 anos. Nesse período muitas pessoas foram beneficiadas com essa política pública de transferência direta de renda que teve seu projeto iniciado em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Ao longo desses anos, muitos pesquisadores se propuseram a pesquisar os efeitos, pontos fortes, fracos e as mudanças ocorridas após a implantação do programa.
Criado com o propósito de unificar os diversos programas de transferência de renda que existiam, e diminuir as inconsistências, o programa Bolsa Família tem como objetivo diminuir a pobreza e desigualdade, para isso foram criadas condicionalidades de educação, saúde e assistência social (BRASIL, 2011).

[1] Mestranda em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté.
[2] Professora doutora do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional - Universidade de Taubaté.
[3] Professora doutora do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional - Universidade de Taubaté.

Tratar sobre as políticas de transferência de renda, como é caso do Programa Bolsa Família, implica em abordar a questão da pobreza e dasdesigualdadessociais, combater estes problemas é um dos grandes desafios dos países em desenvolvimento. Segundo Sen (2010) pobreza e desigualdade são reflexos do não acesso a condições sociais básicas, como educação, saúde, negação dos direitos civis e falta de renda para aquisição de bens e suprimento de necessidades básicas.

Este artigo se propõe a estudar a produção científica sobre o programa bolsa família, entendendo que esse tema é relevante para compreensão dos processos que levaram a criação desta política pública, bem como as consequências e implicações decorrentes de sua implantação,fazendo isto, a partir dosdiversos subtemas, distribuídos em produções de artigos, dissertações e teses que vão desde a trajetória do programa em diversos governos, até os impactos gerados em decorrência de sua existência.

Deste modo, o trabalho irá responder as seguintes perguntas: O que vem sendo pesquisado sobre o programa bolsa família? Quais os tipos de textos publicados? Quais as titulações dos pesquisadores? Quais as regiões do país que possuem mais publicações sobre o tema? Como está a classificação dos subtemas sobre a temática? Tais perguntas foram os macro objetivos perseguidos na realização do trabalho.

Assim, acredita-se que este estudo é de grande valia para setor acadêmico, pois apresenta a trajetória científica do programa, desde o seu primeiro ano, até o último ano concluído, como também pode incentivar os pesquisadores a explorar subtemas ainda não explorados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A importância do desenvolvimento é enfatizada por Sen (2010), como processo de ampliação de liberdades. Esse processo pode ser promovidoatravés das políticas públicas de promoção de uma maior participação social na distribuição dos recursos e bens disponíveis no planeta.

O mesmo autordestaca que as políticas públicas podem não só criar, como também aumentar as capacidades humanas, deste modo, elas precisam ser focadas na justiça social como valores básicos, e seus objetivos devem ser pautados no processo de desenvolvimento coletivo.

2.1 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Os programas de transferência de renda foram criados na tentativa de gerar qualidade de vida para famílias que vivem na linha da pobreza, aumentar o nível de escolaridade de crianças e adolescentes e erradicar o trabalho infantil, impedindo que esses problemas alcancem as gerações futuras das famílias. Senna et al. (2007) afirmam que na década de 1990 os programas sociais almejavam atingir exclusivamente os segmentos de alta vulnerabilidade.

O foco dos programas de transferência de renda são as crianças e adolescentes. Os idealizadores dessas políticas públicas decidiramtrabalhar com as famílias, fazendo com que os pais auxiliemnaconsecução do objetivo destas políticas entre as quais se inclui a educação, (DRAIBE ET AL. 1998).

Ter crianças e adolescentes como foco dos programas de políticas públicas, justifica-se pela ideia de que investindo em saúde, e, principalmente educação com a geração mais nova, obtém-se no futuro, uma alteração nas condições sociais das famílias, e também, uma quebra na continuação das condições de pobreza e extrema pobreza. Sen (2010) confirma esta afirmativa quando discorre que, para que o desenvolvimento aconteça, é

imprescindível a reformulação das principais formas de privação de liberdades, tais como pobreza, ausência de oportunidades econômicas, isenção social metódica, dentro outras.

Fazendo um histórico sobre o desenvolvimento dos programas de transferência de renda no Brasil Silva (2007), divide esse processo em cinco momentos. O primeiro momento foi marcado por debates e ideias para criação dos programas,em 1991 aconteceu o primeiro encontro nesse nível.

O segundo aconteceu no mesmo ano, com o primeiro programa, um benefício no valor de um salário mínimo como incentivo a educação parafamíliasde baixa renda com filhos com idade entre 07 e 14 anos frequentandouma escola pública. O terceiro momento sucedeuas experiências pioneiras, aplicação do programa idealizado no segundo momento. O quarto momento aconteceu no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2001, quando os programas do governo federal começaram a expandir, e também foram criados novos, com ênfase para o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação.

Oquinto momento, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, marcado por grandes mudanças nos programas, pois foi criada uma Política Pública de Transferência de Renda, que tinha como principal foco o combate a fome e a pobreza. Foi criado então em outubro de 2003, o Programa Bolsa Família, com o propósito de unificar todos os Programas Nacionais de Transferência de Renda.

Vale ressaltar que neste quinto momento o objetivo foi fazer inovações na idealização dos programas e no mapeamento das estratégias de implementação, a fim de provocar melhorias e modificações que venham a diminuir consideravelmente a pobreza e desigualdade social. Pois desde a transição democrática a agenda de debate no campo da política social brasileira tentava fazer alterações nos programas sociais, (SENNA ET AL. 2007).

2.2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família – principal programa de transferência de renda existente no Brasil – foi legalizado em 20 de outubro de 2003, pela Media Provisória nº 132, convertida na Lei 10.836, de 09 de Janeiro de 2004, pelo Decreto nº 5.029, de 17 de setembro de 2004 (Brasil, 2011). Quando o BolsaFamília entrou em vigor, os outros programas até então existentes foram eliminados.

Com a finalidade de diminuir a pobreza, e com isso a desigualdade, o BolsaFamília compreende direitos fundamentais como educação, saúde e assistência social (Brasil, 2011), onde estes seriam iniciativas ao aumento do capital humano. Assim, o programa age em duas vertentes:

1) Abordando a pobreza como escassez monetária, na tentativa de solução imediata, com a transferência direta de renda;
2) Tendo consciência das consequências da pobreza, impondo condições às famílias beneficiadas.

As condicionalidades que contemplam à educação exigem que as famílias mantenham seus filhos frequentes na escola pública. Na área da saúde, deve-se acompanhar a vacinação, crescimento e desenvolvimento de crianças até 07 anos; fazer o pré-natal de gestantes de 14 a 44 anos, e fazer um acompanhamento das nutrizes e seus bebês. No âmbito da assistência social, crianças de até 15 anos, retiradas do trabalho infantil devem participar do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), e obter frequência escolar (CAVALCANTI, COSTA E SILVA, 2012).

O programa oferece as famílias benefícios com valores distintos, que são definidos a partir das características de cada família. O quadro 1, abaixo exibe os tipos de benefícios, assim como os valores e as condicionalidades.
.

Quadro 1. Tipos de Benefícios do Programa Bolsa Família

TIPO	VALOR	CONDICIONALIDADES
Benefício Básico	R$ 77,00	Famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa menor de até R$ 77)
Benefício Variávelde 0 a 15 anos (limitados cinco por família)	R$ 35,00	Famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade
Benefício Variável à Gestante (limitados a cinco por família)	R$ 35,00	Famílias que tenham gestantes em sua composição
		Pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês.
		A identificação da gravidez é realizada no Sistema Bolsa Família na Saúde. O Cadastro Único não permite identificar as gestantes.
Benefício Variável Nutriz (limitados a cinco por família)	R$ 35,00	Famílias que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição
		Pagamento de seis parcelas mensais consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente	R$ 42,00	Famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos – limitado a dois benefícios por família
Benefício para Superação da Extrema Pobreza	calculado caso a caso	Famílias do Programa Bolsa Família que continuem em situação de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R$ 77), mesmo após o recebimento dos outros benefícios. Ele é calculado para garantir que as famílias ultrapassem o limite de renda da extrema pobreza

Fonte: MDS (2014)

O valor do benéfico básico é de R$ 77,00, pago a todas as famílias de extrema pobreza, sem condicionalidades. Somado a este valor básico, possui mais dois benefícios variáveis. O benefício que corresponde ao valor de R$ 35,00 é destinado aos pais com filhos entre 0 e 15 anos com no máximo três filhos, este valor é repassado também para as famílias que possuem gestantes, restrito a cinco gestantes por família, e beneficia-se também com o referido valor famílias com crianças com 0 e 6 meses.

O segundo benefício é de R$ 42,00, dado aos pais com filhos de 16 e 17, com no máximo dois filhos. Existe também um benefício sem valor determinado, voltado para

as famílias que mesmo recebendo outros benefícios, ainda continuam na situação de extrema pobreza, neste caso o valor é calculado de maneira individual com as famílias.
Com a implantação do BolsaFamília, o presidente Lula criou o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que ficou responsável por monitorar o cumprimento das condicionalidades do programa, com a assistência do Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Saúde (MS).

2.3 POBREZA

A discussão sobre o conceito de pobreza hoje, possui várias vertentes, aplicadas em diversas realidades. Segundo Rocha (2003, p.9), "a pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada". Este entendimento leva a outra discussão de conceitos, no que cerne necessidades e adequações. Com suas devidas proporções este conceito pode ser encaixado em todas as realidades do que vem a ser pobreza.
Mediante Hagenars& De Vos (1988 *apud* MARTINI, 2009) a definição de pobreza caracteriza-se de três formas: absoluta, relativa e subjetiva. Pobreza absoluta é a ausência de necessidades de consumo relacionadas ao mínimo vital; a pobreza relativa refere-se a ter uma quantidade de bens menor se comparadas a outras pessoas da sociedade; a pobreza subjetiva está ligada a um conceito pessoal do indivíduo, quando o mesmo se intitula devido uma necessidade pessoal não ter sido sanada.
No decorrer do século XX, foram desenvolvidas três concepções que partiram de abordagens sobre o conceito de pobreza, são elas: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa. A concepção de sobrevivência afirma que a renda dos pobres é insuficiente para o próprio rendimento físico; já a segunda concepção defende que os pobres também têm direito de consumo à agua potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura. A terceira compreende a questão da melhoria da condição social dos pobres, que vai desde a alimentação, até o conforto. (CRESPO E GUROVITZ, 2002).
Hoje, associa-se a pobreza, a questão da insuficiência de renda, devido esta ser o principal critério de mensuração, mas Sen (2010) afirma que ser pobre não é apenas ter baixa renda, mas ter impossibilidades ao acesso de condições básicas de socialização, intituladas pelo autor de privações de capacidades. Tais privações acabam impossibilitando o indivíduo a uma vida com acesso a educação, saúde, condições sociais, direitos civis, assim como o não acesso a renda para compra de bens. Desta forma, ser pobre é não ter a possibilidades a expansão de liberdades.
Entende-se então por pobreza a ausência na participação social, deficiência de serviços sociais básicos, não acesso à informação, falta de trabalho que tem como consequência a falta de renda justa para sobreviver, desigualdade e mais algumas deficiências. Assim, compreende-se por pobreza a falta de recursos para atender as demandas sociais, tendo como efeito a desigualdade social.

3 MÉTODO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliométrica, exploratória e qualitativa. Segundo Santos e Kobashi (2009), a pesquisa bibliométrica caracteriza-se por fazer um estudo de livros e revistas científicas, e analisar trabalhos em fontes de armazenamento de produções acadêmicas, tais como base de dados.
Richardson (2012) aponta que a pesquisa exploratória busca explanar a relação entre os dados, fazendo um estudo de um problema que ainda não possui solução definida. "A pesquisa qualitativa não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado."

(FLICK, 2009 P. 25), neste caso foram relacionados informações contidas nos trabalhos para um melhor estudo da produção em questão.
Para a execução deste, foram pesquisadas na base de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), produções científicas que descreviam sobre o programa bolsa família. Foi escolhida esta base porque se trata de uma biblioteca virtual constituída desde 1990, esta, atualmente apresenta em seu acervo mais de trinta mil títulos, cento e trinta bases referenciais, doze bases dedicadas a patentes, livros, enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual, tornando-se assim referência no âmbito na pesquisa científica.
Foi utilizada a palavra-chave "programa bolsa família", e um recorte temporal a partir de 2003 – este recorte justifica-se pelo fato do programa Bolsa Família ter iniciado no ano de 2003, e produções com idioma em português. Os critérios utilizados para análise desta produção foram tipos de textos, titulação dos autores, regiões dos trabalhos publicados e classificação dos subtemas sobre a temática.
A primeira busca realizada no periódico da CAPES, procedeu em 1.003 trabalhos, após a realizar o filtro temporal e selecionar o tópico "programa bolsa família", resultaram 39 publicações. Após a leitura dos referidos títulos, foi necessário fazer o descartes dos três seguintes trabalhos: Limites áticos e jurádicos à clonagem humana no Brasil; A inteligência emocional no contexto das lideranças organizacionais; e Child as Family sponsor: anunforeseeneffectof Programa Bolsa Família in northeasternBrazil; os dois primeiros foram descartados devido a falta de conformidade com a temática abordada, e o terceiro, devido a não possibilidade de acesso do autor, por estar em uma base comprada. A análise foi feita então com 36 produções científicas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No intuito de responder aos questionamentos levantados na introdução deste artigo, serão relatados abaixo os resultados da pesquisa. A figura 1 apresenta em termos percentuais os tipos de textos publicados, e suas respectivas quantidades.

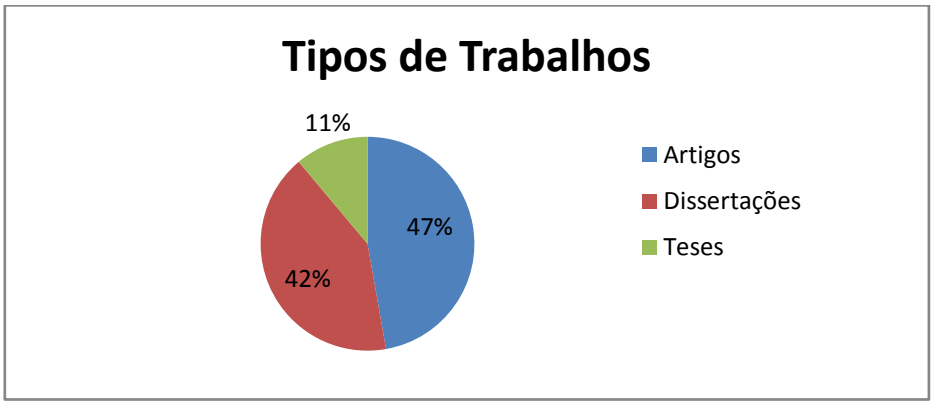

Figura 1. Categorização das Produções
Fonte: CAPES – Elaboração do autor

Nota-se pela figura acima, que dos 36 textos analisados, a maioria deles correspondem a artigos científicos, correspondendo um total de 18 publicações, que equivale a 50% do material pesquisado. Não distante deste percentual, apresentam-se as dissertações de mestrado com 42%, que equivalem a 15 produções. O menor número foi representado pelas teses de doutorado, com apenas 3 unidades, correspondendo a um total de 8%.

Nafigura 2, faz-se um apontamento sobre as titulações dos autores dos trabalhos, nas opções de graduando, mestrando, mestre, doutorando, doutor, PHD e pós doutor.

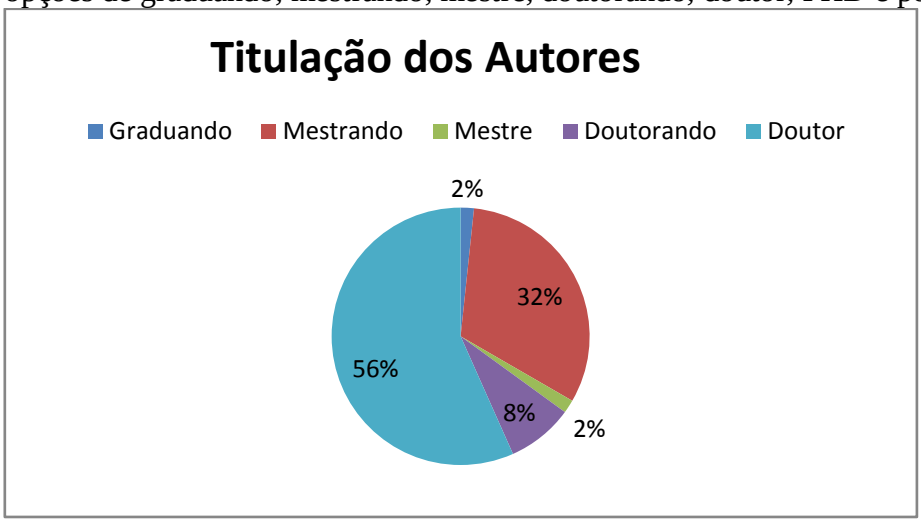

Figura 2. Produções por Titulações
Fonte: CAPES – Elaboração do autor

A partir dos dados dafigura acima, é perceptível que a grande maioria dos autores possui titulação de doutores, o que equivale a mais da metade. Em seguida, apresentam-se os pesquisadores que estão concluindo suas dissertações, com 31%. Os doutorandos representaram 10% da pesquisa, ao passo que graduandos, tiveram números pouco representativos.

Vale ressaltar que, as titulações existentes são: graduado, mestre e doutor. Porém, como nesta pesquisa de produção científica apareceram trabalhos de dissertações e teses, foi factível apontar os números representativos e intitular mestrandos e doutores como possíveis titulações, para uma melhor compreensão dos níveis de produções.

As produções científicas também se caracterizam por regiões, apresentadas na figura 3, a seguir. Para esta análise, foram levantadas as universidades de origem dos trabalhos, e classifica-las de acordo com a região geográfica em que se encontram.

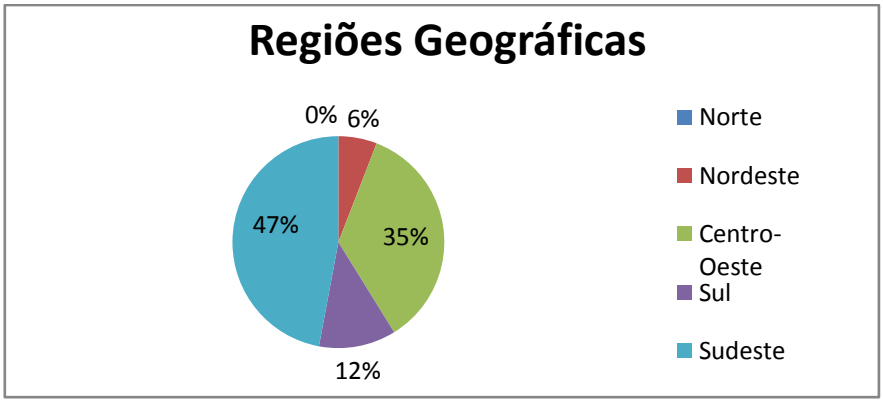

Figura 3. Produções por Regiões
Fonte: CAPES – Elaboração do autor

Como visto nafigura acima, o destaque foi na região Sudeste, com dezesseis publicações, correspondendo a 47%, não obstante a esse resultado está a região Centro-Oeste, com 35% referentes a doze trabalhos publicados. Em seguida apresenta-se a

região Sul com quatropesquisas na área, e a região Nordeste com dois, representando 12% e 6%, respectivamente. A região Norte não obteve resultado.
Diante o exposto, a figura 4, responde a principal pergunta do artigo, que busca saber o que vem sendo pesquisado sobre o programa bolsa família na esfera científica brasileira. Para isso, a temática foi dividida em nove categorias representadas pelos temas que abordam sobre: políticas públicas, transferência de renda, redução de pobreza e desigualdade, programa bolsa família, efeito e impacto do programa, condicionalidades do programa, mulheres beneficiárias, gestão do programa e política, como mostra a figura abaixo:

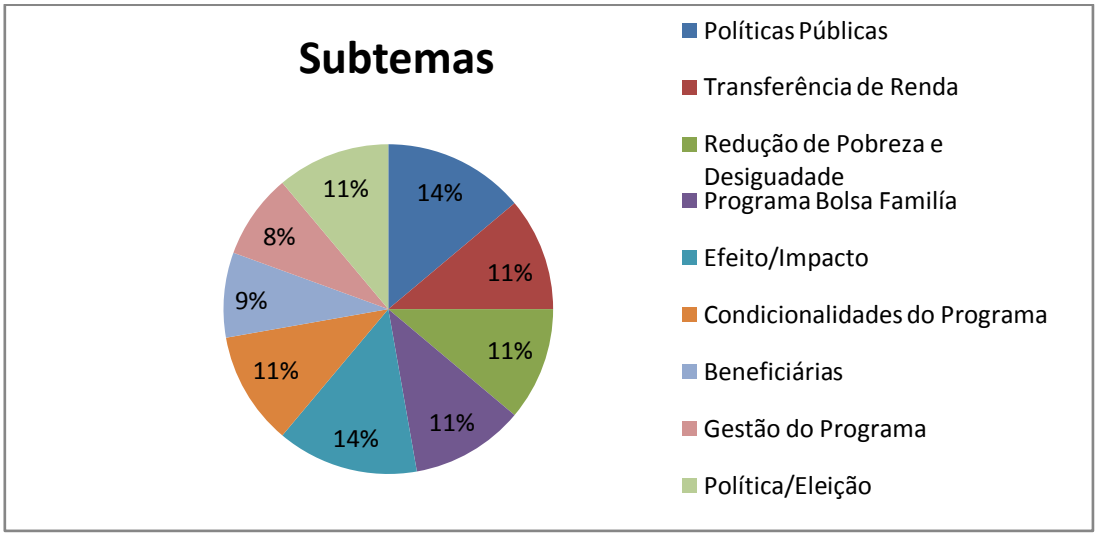

Figura 4. Categorias das Produções
Fonte: CAPES – Elaboração do autor

Pela figura, percebe-se a existência de uma variedade de subtemas abordando a temática do programa bolsa família. O primeiro deles, representando 14% das produções, trata sobre a questão das políticas públicas, este subtema foi encontrado em cinco produções, sendo um artigo, três dissertações e uma tese, onde três destas tratam especificamente a aplicabilidade destas no programa bolsa família. No subtema transferência de renda foram encontrados dois artigos, uma dissertação e uma tese, onde dois destes tratam nomeadamente do programa em questão.
Como dito anteriormente, o principal foco dos programas sociais na atualidade, é a questão do combate à pobreza e desigualdade de renda, sobre esta temática, foram exibidos dois artigos e uma dissertação, destes, apenas um tratou designadamente do programa, ao passo que os outros dois falaram de uma maneira geral, fazendo citações aos programas existentes. As particularidades do programa bolsa família foram tratadas por quatro trabalhos, sendo eles especificamente dois artigos e duas dissertações. Percebeu-se também que alguns autores preocuparam-se em estudar os efeitos e impactos do programa bolsa família, estes resultados foram explanados por dois artigos e três dissertações.
As condicionalidades do programa foram representadas especificamente em quatro dissertações de mestrado. Vale destacar a existência de estudos sobre o grau de empoderamento das beneficiárias do programa, e também a respeito da percepção das beneficiárias que vivem em situação de vulnerabilidade; tendo sido estas abordagens apresentadas em três dos trabalhos publicados, sendo dois artigos e uma tese. Outro

subtema abordado foi a questão da gestão do programa bolsa família, onde um dos três trabalhos, abordou especificamente as particularidades de uma gestão local, os trabalhos correspondem a dois artigos e uma dissertação. Por fim, um assunto que diz respeito à política e eleição, relacionados ao programa foi abordado por quatro artigos e uma tese.
Os subtemas transferência de renda, redução de pobreza e desigualdade, programa bolsa família, condicionalidades do programa, e política e eleição, corresponderam, cada um deles a 11% das produções. Políticas públicas e efeitos e impactos do programa foram os subtemas com maior quantidade de trabalhos, representando cada um 14%, ao passo que os trabalhos sobre as beneficiárias do programa e a gestão do mesmo foram os de menores quantidades, representando 9% e 8%, respectivamente.

5CONCLUSÃO

O Programa Bolsa Família é o maior programa social existente no país hoje no intuito de diminuir a pobreza e desigualdade social. O assunto sobre políticas públicas de transferência de renda é discutido em esfera nacional desde a última década do século XX, e vem sendo um discurso constante no âmbito das políticas sociais, por se tratar de um dos grandes desafios dos países em desenvolvimento. No último ano concluído o programa completou dez anos, e junto a ele foram somados vários estudos sobre a temática.
Diante do estudo de produção científica relacionado ao programa bolsa família, verificou-se que existem autores variados, divididos em quase todas as regiões geográficas do país, estudando diversos aspectos que envolvem a temática, em diferentes estâncias de produções, sendo elas artigos, dissertações e teses. Os autores dos trabalham analisaram fatores específicos ao programa em questão, associados a campos que permeiam os assuntos sobre políticas públicas; transferência de renda; combate a pobreza e desigualdade; particularidades do programa; assim como efeitos e impactos do mesmo; suas condicionalidades; aspectos relacionados às beneficiárias; gestão do programa, e também fatores que influenciaram na política e eleições.
Verifica-se que a produção científica brasileira sobre a temática do programa bolsa família está bastante ampla, permeia subtemas diferenciadas Sugere-se a ampliação da produção em estudos que se propusessem a abordar sobre o consumo dos beneficiários do programa, assim como a melhoria ou não da qualidade de vida destes após a aderirem ao programa.
Desta forma, afirma-se a relevância dos trabalhos publicados para um maior conhecimento sobre o programa bolsa família e sua concretização no campo de estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsa família>. Acesso em: 19 ago. 2014.

CAVALVANTI, Daniella Medeiros; COSTA, Edward Martins; SILVA, Jorge Luiz Mariano. O Impacto do Programa Bolsa Família na Renda e na Educação. XVII Encontro Regional de Economia; 2012 Setembro 19-20; ETENE, Fortaleza: Editora do Bando do Nordeste; 2012.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. ERA-eletrônica, v. 1, n. 2, jul-dez/2002.

DRAIBE, et al. Programas de renda mínima para famílias carentes: levantamento das experiências e metodologia de avaliação. São Paulo: NEPP, 1998.

FLICK, Uwe. Introdução a Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MARTINI, Ricardo Agostini. Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2014.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil – Afinal, do que se Trata?Editora FGV. 2003.

SANTOS. R. N. M. dos; KOBASHI. N. Y. Bibliometria, Cientometria, Infometria: conceitos e aplicações. Tendências da pesquisa brasileira em ciência da informação. Brasília, v.2, n.1, p.155-172, jan./dez. 2009.

SEN, Amartya K. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNA, Mônica et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política brasileira? Katályses, v. 10 n. 1, p. 86-94, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, p. 1429-1439, 2007.